

RESENHAS

LE MOIGNE, Jean-Louis. **Les épistemologies constructivistes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995, 127 p. (Coleção "Qui sais-je?", vol. 2.969).

Como espécie de preâmbulo, devo dizer que, nos tempos de Ginásio do Estado, fui aluno de Oscar Stevenson. Lecionando português (gramática e literatura), o professor Stevenson incutiu em nós, dóceis discípulos, alguns ensinamentos que seriam memorizados para sempre. Eis um desses ensinamentos, constantemente repetido: "*Cada pensamento, frase. Cada frase, ponto.*"

Gravada a lição, tornou-se difícil "suportar" sentenças longas, contendo várias idéias. Mais difícil, ainda, aceitar frases que, além de longas, contivessem idéias atabalhoadamente (para não dizer incongruentemente) distribuídas. Tornou-se verdadeiro sacrifício, por exemplo, "descobrir" o que um autor pretendia asseverar ao apresentar diversos pensamentos, em um só período. Particularmente quando as orações ficavam "soltas" no período, com muitos apostos, vários parênteses, e apreciável quantidade de verbos e adjetivos...

Como não podia deixar de ser, frases longas, muito comuns nas obras de vários escritores franceses, contribuíram, decisivamente, para que deles me afastasse. Esse afastamento durou muitos anos. A partir de 1986-87, mais ou menos, tentando superar a "marca" deixada pelos velhos mestres, procurei, com disposição renovada, ler alguns livros de pensadores franceses, pelo menos para não ignorá-los. [Registre-se que assim nasceu o comentário "Filosofia - da Inglaterra ou da França?", publicado na *Rev. Bras. de*

Filosofia, jul-set, 1991.] Com esse mesmo espírito, debruçei-me sobre o livro a respeito dos construtivismos.

Logo no início, esbarrei nas tais fases longas, de inteligibilidade fatigante. Nas p. 21-23, p. ex., estão citados várias idéias de vários pensadores. Se o leitor não os conhece, nem tem noção do que representam, na vida cultural, fica "na mesma". Na p. 24, há uma frase que ocupa 18 linhas, com quatro diferentes trechos entre parênteses! Na p. 27 há uma pergunta formulada em 14 linhas... [O fôlego já se havia perdido ao chegar na "?"] Nas p. 30-31, há sentenças de oito, treze e doze linhas! Nesta última, aliás, os "*dois-pontos*" são usados duas vezes na mesma frase - fato que levaria o professor Stevenson a tirar dois pontos (em dez) da nota que o escrito pudesse merecer. [Dois pontos correspondendo a cada par de *dois pontos* - ficou claro? A "doença" contamina...] Na p. 33 há uma sentença que ocupa 14 linhas e tem *triplo uso* dos "*dois-pontos*"! Notar que a coisa vai piorando. Na p. 103 - de novo com triplo uso de "*dois-pontos*" - há uma sentença de 27 linhas!! Em suma, "*Português: redação: sabatina: Stevenson: nota: zero*"... [Como diriam alguns de meus alunos, "É mole?!!"] Apesar de tudo, resolvi percorrer o livro, de começo a fim. Sem essa dose grande de boa vontade, jamais o teria lido.

*

Feitos os reparos e considerando, vamos ao conteúdo da obra.

Le Moigne inicia seu livro notando que Piaget entendeu a epistemologia como "L'étude de la constitution des connaissances valables". Isso o leva a três questões fundamentais ("Que é o conhecimento?", "Como se constitui?" e "Como apreciar seu valor, ou sua validade?"), para observar que as respostas, em geral dadas como sabidas, raramente se põem explícitas.

No capítulo 2, o autor fala da classificação das ciências (Comte), ou seja, da "árvore" que recebeu muitos galhos novos

(lógica, psicologia, economia política, etc.), sem, no entanto, modificar-se de modo apreciável. Nem mesmo as teorias quânticas, a astrofísica e a imunologia, p. ex., embora fossem prenúncio de frutas "abalos", conseguiram afetar a "árvore" de Comte. Le Moigne comenta, rapidamente, as idéias de Carnap e de Popper, ao caracterizar conhecimento (científico) **passível de ser ensinado** - transformado em "instituição". Há duas hipóteses e dois princípios "básicos" para um tal conhecimento. 1) Hipótese ontológica ("la réalité essentielle de la réalité existentielle"), admitindo existência das essências, independentemente dos observadores-teoreticistas. 2) Hipótese determinista, postulando que a realidade cognoscível está submetida a algum tipo de determinação (também cognoscível). 3) Princípio da "modelação (ou modelagem) analítica", acompanhando Descartes, isto é, sugerindo que as dificuldades sejam "quebradas" em parcelas mais simples de contornar. 4) Princípio da razão suficiente, asseverando que nada ocorre sem uma causa (ou razão determinante). [Nota: o autor, *sem qualquer justificativa plausível*, admite que esse princípio implica a "natural" utilização da lógica formal...]

Em seguida, no capítulo 3, o livro indica, em esforço histórico, as raízes dos "construtivismos" - nas reflexões em torno dos fundamentos do conhecimento: Há um comentário em torno das idéias do matemático L. Brouwer (defensor da chamado "intuicionismo"). Le Moigne lembra certas contribuições antigas, de Protágoras, Aristóteles e Pirro. Discute, com mais vagar, os "VVV", ou seja, Leonardo da Vinci e Giambattista Vico - responsáveis por um "ressurgimento" dos construtivismos, que, via Montaigne e Pascal, talvez Kant, - acabariam chegando a Valéry. Passando por alguns autores menores, alcançamos Bachelard, Wiener, Bateson, von Foerster. Enfim, a trinca "principal", "PSM", formada por Piaget, Simon e Morin - responsável pelo que as epistemologias dos construtivismos teriam de "ensinável".

Comentando as idéias de Piaget, no capítulo 4, o autor lembra que o conhecimento não depende do sujeito nem das coisas,

mas do "atrito" entre eles, da interação que se dá entre cognoscente e cognoscível. Tendo em conta os dois pólos dessa interação, torna-se viável "organizar o mundo". A par disso, a inteligência não se separa do conhecimento: este será entendido via processo que o forma e via resultado desse mesmo processo.

O autor registra duas frases conhecidas, que precisariam ser mais assiduamente lembradas: "Marcheur, il n'y a pas de chemin, le chemin se construit en marchant", atribuída a Bachelard, e "En changeant ce qu'il connaît du monde, l'homme change le monde qu'il connaît", devida ao biologista Dobzhansky (que, aliás, lecionou na USP).

Com tais lembretes, é fácil perceber que a modelação sistêmica difere, segundo o autor, da modelação analítica (predominante desde Descartes), porque dá grande importância ao modelador e aos projetos que ele tenha traçado, em busca de conhecimento. De acordo com o autor, os construtivistas aderem a um *princípio de ação inteligente*, ou seja, admitem que o ser humano (em diretriz antecipada por J. Dewey) é capaz de "elaborar e transformar *representações inteligíveis* dos fenômenos que o espírito percebe". Isso lhe permite "inventar respostas, sob a forma de *ações inteligentes*". Mais: permite construir conhecimentos "faisables". Atingimos, assim, o adequado nível do "CQA" (Como queríamos argumentar) - que substitui o "CQD" (Como queríamos demonstrar).

No capítulo 5, Le Moigne sugere que o conhecido "tableau" de classificação das ciências, de A. Comte, deveria ser substituído por um "diagrama" de Piaget, Simon e Morin (p. 102), uma espiral em que os conhecimentos se interfecundam, ligando lógica e matemática, sucessivamente, (1) à física; (2) à biologia, (3) às ciências psicossociológicas; e, enfim, retornando ao ponto inicial. [Nota, sem burilar o tema, que a "espiral" talvez não retrate os "fatos" de modo apropriado, pois tem um ponto inicial ao qual não se retorna - e, além disso, parece um "tufão" arrasador..]

No capítulo final, Le Moigne lembra que continuam meio obscuros, para a grande maioria dos estudiosos, os alicerces em que

se assentam os conhecimentos "valables". Sugere, pois, que se dê atenção aos construtivismos. Em vez de ficar diante de um dilema tradicional, optando ou por ciência ou por filosofia, o construtivista, sabiamente, concebe conhecimento em termos filosóficos-científicos.

*

Cumpre corrigir: faltam, na bibliografia, indicações a respeito do livro de J. Ullmo (p. 22); e a respeito de von Foerster (p. 77); 'Feyerabend' e não 'Feyerabendt' (p. 28).

Leonidas Hegenberg

PRÉVOST, Claude - M, **La Psychologie Fondamentale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994, 128 páginas (Coleção "Qui rais-je?")

Este nº 2835 da "Que sais-je?" foi escrito por um professor da Universidade de Paris que já havia comparecido na coleção em 1986 (*La volonté*) e em 1988 (*La psychologie clinique*). Mais recentemente, ou seja, em 1991, escreveu a respeito das práticas esportivas (*L'éducation physique et sportive en France*). Este seu livro de 94 examina a grandeza e a miséria da psicologia; o desenvolvimento dessa disciplina entre 1815 e 1945; o "esfacelamento" dos estudos psicológicos; e os principais conceitos da psicologia.

De acordo com o autor, a psicologia começa a ganhar prestígio, na França, a partir de 1985 (ano em que ali se emite o primeiro diploma reconhecido de especialista na matéria). Caminhando em várias direções, a disciplina sofre uma espécie de "atomização", desdobrando-se em clínica, patológica, social, do trabalho, experimental, da educação, etc., etc. Esse desmembramento coloca um problema sério: como orientar os estudantes da matéria? Preferir a especialização imediata, já nos primeiros anos de faculdade, a fim de assegurar maior competência, em curto prazo? Ou, ao contrário, postergá-la, com o intento de permitir que o diplomando adquira base ampla, capaz de facilitar posterior escolha de empregos? Nesse caso, que assuntos poderiam constituir essa "base"? Em outras palavras, que seria, na atualidade, uma **psicologia fundamental**?

Começemos com a conclusão de Prévost. (Em seguida, veremos como argumenta, em defesa dessa conclusão.) De acordo com o autor, há vários "níveis" na psicologia "fundamental". Melhor dizendo, há vários círculos concêntricos que se ampliam a partir de um ponto "básico", onde se acha O ATO DO SUJEITO. O primeiro círculo é o do "**sens**" (significação), da **conduta** e da **crença** - itens

que se juntam num discurso biológico, sob a égide da noção de *função mental* (ou seja, **mind**). Nos círculos maiores, acham-se a personalidade e seu destino, a psicossomática, as construções de espaço e tempo - erigidas sobre a matéria e a memória, sobre a promessa e a vontade. Lembrar, todavia, que não há, como se imaginou (com Bergson), um **sujeito**, visto em termos de "lugar dos dados imediatos da consciência". Também não há **imediateidade**; na verdade, o "imediato" se alcança com grande esforço. E não há **dados**, mas apenas "itens construídos" (Piaget). O "sens" é muito mais ação do que palavra... Veremos, a seguir, como Prévost chega a essa tese.

*

Em França, de acordo com o autor, dois "mestres fascinantes" são, ao que parece, Freud e Lacan. Eles contribuem para que as dúvidas relativas ao "fundamental", em psicologia, se tornem mais agudas. Freud pretende colocar a psicanálise no seio da psicologia. Lacan, por sua vez, deseja separar as duas áreas. A par disso, alguns ramos da psicologia reforçam as tendências "esfaceladoras". Na psicologia social, por exemplo, há pesquisadores que defendem planos piagetianos ("Dez casos bem estudados valem mais do que mil superficialmente examinados") e há pesquisadores que só admitem os grandes números. Não se olvide, a esse respeito, que a psicologia da criança e do adolescente também se pode desdobrar (criança / adolescente) como se pode unificar (psicologia genética). E pode, ainda, encaminhar-se para a psicanálise ou para os rumos novos criados pela psicologia cognitiva.

Prévost lembra, enfim, que os franceses, demasiado ocupados com Lacan, demoraram muito para reconhecer os avanços provocados pelos trabalhos realizados em New York, particularmente os que se associaram ao uso da computação. Felizmente, porém, os estudiosos da França recuperaram o tempo perdido e também fizeram notáveis pesquisas no setor da neurobiologia - área que atrai, agora, psicólogos, biólogos, lingüistas, filósofos... favorecendo a

formação de grupos interdisciplinares de apreciável interesse. O autor nota, entretanto, que as "comparações computacionais" (que se tornaram moda) não devem ser exageradas. Em seu modo de entender, a teoria da informação não está em condições de se transformar em "base" para uma *psicologia fundamental*. Isso, naturalmente, recoloca a importante questão dos conceitos relevantes que a psicologia precisa esclarecer.

Se alguém deseja intitular-se 'psicólogo', quais seriam os conceitos merecedores de sua atenção? Buscando resposta para essa pergunta, Prévost nota, de partida, que (em nossa cultura) a *prática interpela a teoria, sem, no entanto, decidir as questões*. Em seguida, examina certas noções que poderiam ou deveriam figurar na "base" das investigações psicológicas.

A primeira dessas noções é a que os ingleses identificam usando o vocábulo 'mind', lamentavelmente destituído de equipolente adequado (em francês e, ao que parece, também em português). A origem latina do termo está em 'mens', freqüentemente traduzível por 'inteligência', o que seria bastante razoável. Todavia, 'mind' costuma aparecer, nas obras francesas ora como 'consciência', ora como 'espírito' - o que gera confusões, porque põe em destaque a "alma" (pelo menos em discussões ligadas aos terrenos religiosos). Prévost sugere que 'mind' seja entendido como "função mental", o que lhe permitiria realçar os fundamentos científicos do termo.

Outra noção de relevo é a de 'inconsciente'. Para anglo-saxões, o 'mind' pode ser, indiferentemente, consciente ou inconsciente. Na França, o problema se põe, uma vez que Lacan não admite a possibilidade de o consciente controlar o inconsciente. Entre ingleses, porém, aceitando que consciente e inconsciente seriam apenas dois modos do *mind*, torna-se viável "hierarquizar" esses modos de acordo com as preferências acolhidas.

Terceira noção "básica" da psicologia seria a de *função mental* (comparável, digamos, às funções respiratória, circulatória, digestiva, etc.). Adotando essa noção como a de maior relevo, pode-se transformar a psicologia em capítulo da biologia. Prévost nada tem contra a idéia de inserir a psicologia no âmbito da biologia. (Aliás,

Prévost sublinha um ponto interessante. Se imaginamos ciência em termos de telescópios ou microscópios, a psicologia não será ciência. Se, ao contrário, a ciência precisa abrir-se para que nela penetrem processos metodológicos diversos daqueles que a originaram, a psicologia não precisará abandonar os campos científicos.)

Quarta noção basilar seria a de conduta. Pierre Janet atribuiu à psicologia o papel de investigadora da conduta. Ao que parece, ninguém contestou sua idéia de que a conduta seria um conjunto de ações, cada qual delas decomponível em coleções de movimentos - e Prévost parece acolher a mesma idéia.

De acordo com Prévost, o termo "função psíquica" permitiria realizar uma espécie de síntese de todas as sugestões feitas - na procura do conceito "base" para a psicologia.

Segundo Goethe, a asserção "No princípio era o Verbo" deveria ser substituída por "No princípio era a Ação". Concordando, Prévost nos dá o motivo (bem simples, em sua perspectiva) de tal substituição: na era industrial, a ação mereceu um posto de especial relevância. Partindo do verbo (pensamento portador de significado), é difícil chegar à ação. Por outro lado, não tem sido complicado fazer o trajeto oposto, a fim de atingir o pensamento. (O pensamento se compararia a uma ação interiorizada.) Na era pos-industrial, alguns estudiosos sustentam que o domínio é do computador. Prévost concorda que o computador gerou uma "linguagem" eficaz, infelizmente ainda não adequada para falar do inconsciente.

*

A discussão se orienta, a seguir, para o problema do **sentido**, 'sens' em francês. Prévost considera que *sens* se insere na *conduta* (não está "fora" da conduta). Entretanto, 'sens' admite vários *sens*, o que gera curiosos conflitos - e leva o autor a preferir o termo 'signification'. A noção de significado, ou *significação*, afirma o autor, se põe ao lado da noção de *mind*, aparecendo ambas como fundamentais para a psicologia. Lembra, porém, que a *significação*

difere (muito) da informação - assim como a "construção da significação" difere (muito) do "tratamento da informação".

Prosseguindo, o autor nota que uma síntese "entre *mind* e conduta" seria alcançada por meio da noção de **crença** - outra das noções que considera fundamentais para a psicologia atual. Aliás, para Prévost, a crença é mais importante do que o sentimento, já que este se definiria à luz de "condutas efetivas". Dito de outro modo, em vez de 'sentimento', o termo básico seria 'crença'. Aqui surge um dos pontos "decisivos" da análise de Prévost. Segundo Pierre Janet, a crença articula-se por sobre a promessa, realizando síntese entre consciência e ação. Ora, a crença gera (1) asserções destituídas de base argumentativa; (2) asserções resultantes de deliberações interiores; e (3) asserções que têm justificativa. O ser humano, hoje em dia, oscila entre essas três formas de crer - três maneiras de adotar crenças. O ponto a realçar é este: formular as asserções (de uma qualquer dessas maneiras) é algo que depende do **mind**, ou seja, do *espírito entendido como conduta verbal interiorizada* que, no entanto, sem dúvida, se volta para um **comportamento prático futuro** (que se manifestará em ações). Prévost conclui que a crença seria elemento nuclear da psicologia. Suas palavras merecem registro: "Le monde des perceptions nous conduit à une croyance dans l'existence du monde; celui des souvenirs nous donne la croyance dans la réalité de notre histoire; celui du projet nous incite à croire que nous avons un avenir, même s'il nous oblige à croire en sa limitation par la mort." (p. 93). Em suma, sejam quais forem os modos de nossa conduta, a crença é o elemento que efetua a ligação do pensamento à ação. Daí, **crença** como um dos conceitos fundamentais da psicologia.

O autor analisa, em seguida, a "construção da significação". Idéia de partida: *o organismo é conjunto de órgãos*. Todavia, cumpre ressaltar: a tônica recai sobre 'conjunto', não sobre 'órgão'. O organismo remete, de imediato, a uma coleção de funções, das quais a mais importante seria a *função mental*. Ora, a **personalidade** seria, por sua vez, "integração dinâmica" de elementos cognitivos, afetivos e conativos que "formam" o indivíduo. Assim, 'indivíduo. Assim,

'indivíduo' se equipara a uma "espécie de magma infraestruturado que só se organiza e ganha significação ao se tornar personalidade". (Daí, será preciso, em seguida, caracterizar 'pessoa', com toda a carga moral que envolve o termo).

Segundo Prévost, o 'moi' corresponderia, como Freud sugeriu, sobretudo depois de 1920, à "instance médiane qui assume les conflits, met en oeuvre les mécanimes de défense et, par conséquent, assure l'adaptation au réel". Prévost lembra, porém, que volta a se manifestar o "conflito" Freud vs. Lacan. Para aquele, a terapia reforça o "eu"; para este, desenvolve a linguagem do inconsciente.

A vida é "mudança" ("changement"). Que muda? O "eu" é um invariante no espaço psicológico (fixado em certo momento); ou é algo que se pode alterar permanentemente? Respostas são difíceis. Deixamos a psicologia. Ingressamos na metafísica.

*

Prévost comenta, enfim, a questão da "construção" do espaço e do tempo. A tarefa da consciência seria a de "modelizar" o mundo - e isso equivale a erigir a ciência. (Assim, assevera Prévost, a epistemologia brota da psicologia.) Concordando com Piaget, não há um espaço ou um tempo comparáveis a vasos que devem receber algo. Analogamente, não há um inconsciente "em si". O inconsciente não é um fato, mas uma teoria. Uma teoria que tenta explicar (na atualidade, pelo menos) a maior parte dos fenômenos relativos à conduta. Adota-se, pois, uma sugestão de Freud: 'inconsciente' não se emprega na condição de substantivo; o que cabe compreender é a existência de "processos inconscientes". Acompanhando Bruner, nosso autor aproxima "personalidade" e "capacidade de elaborar uma autobiografia". Se um **ser psíquico** erige a temporalidade, ele a aplica, de início, a si mesmo. Resultam a "durée" (Bergson) e o "temps vécu" (Minkowski); e, depois, a "mémoire", que recapitula o passado mediante apelo a um projeto (Sartre?).

A psicologia tem por objeto orientar a reflexão a respeito da construção do "sens" (melhor dizendo, da "signification"). Note-se, porém, que "refletir", nesse caso, não se limita a asseverar, mas se equipara a afirmar com apoio em argumentações. Assim a psicologia se coloca entre o "frio" da cosmologia e o "calor" da subjetividade. (Prévost adota, portanto, uma proposta que, na verdade, foi feita por Husserl). Encerrando: para um psicólogo, o sujeito só pode ser "pessoal"; a subjetividade, só pode ser um "dado primitivo". Quanto ao método da psicologia, é uma "exploração do vivido".

Leonidas Hegenberg

NUGENT, John D. Nervos, preocupações e depressão. São Paulo: Quadrante, 1992, 110 p. (Coleção "Temas Cristãos", volume duplo, nº 50-51).

Há muitos e muitos anos que minhas leituras se concentram na área da filosofia. E, nessa área, estão voltadas para a teoria do conhecimento, a filosofia da ciência (fundamentos da matemática), a filosofia da linguagem e a lógica. Nos últimos anos, também se voltaram para as questões da cognição. A rigor, limito-me a certas obras que se filiam a um setor que nasceu com Russell e se manteve com determinados autores ingleses (de Cambridge e de Oxford), austríacos (Popper), alemães (Carnap e Reichenbach) e norte-americanos (Quine, Feyerabend).

Essa orientação sofreu, ao longo dos anos, algumas ligeiras interrupções. Via de regra, as interrupções ocorriam quando dificuldades sérias se apresentavam nos livros preferidos (exigindo pausas) ou quando uma obra "importante" era satisfatoriamente assimilada (pedindo comemoração).

Houve tempo em que me divertia com romances policiais. Foi o período de S. S. van Dine, Ellery Queen, Agatha Christie e Patrick Quentin, hoje substituídos por L. Sanders, J. Grisham e F. Forsyth. (Os antigos eram melhores e apenas um ou outro livro de Sanders ainda se compararia a eles.)

Posteriormente, andei às voltas com os "clássicos" - Shakespeare, Cervantes, Sófocles, Dostoiévski. [Devo esclarecer que não consegui ler Dante (embora gostasse de Pirandelo), Camões (embora apreciasse Eça), Goethe (embora aprovasse Mann), Balzac (embora apreciasse Sartre), ...] Também me voltei, brevemente, para os poetas. Apreciei Fernando Pessoa e Manuel Bandeira, mas não passei daí. Outros poetas, daqui e de fora, não conseguiram cativar-me, de modo que deles apenas li uns poucos versos, ocasionalmente encontrados nas revistas e nos jornais.

Durante outra fase, aproximei-me dos humoristas. P. G. Wodehouse foi (e ainda é) uma leitura que me dá muito prazer. O mordomo Jeeves continua provocando risos, mesmo ao ler suas aventuras pela segunda ou terceira vez. Também poderiam ser aqui lembradas certas peças de Oscar Wilde ("O leque de lady Windermere") e alguns escritos de John Farman ("The very bloody history of Britain").

Mais recentemente, preso, como sempre, à filosofia, procurei ler obras que escapassem de meus terrenos usuais. Voltei-me um pouco para a estética, para a ética e a filosofia da religião e para um ou outro item da metafísica - sem esquecer de dois ou três aspectos da história da filosofia.

*

Minhas leituras, no terreno da ética, da moral e da religião, foram poucas e perfunctórias. Há um lustro, aproximadamente, certas inquietações me reconduziram ao campo da filosofia dos valores. Sem encontrar livro que me agradasse, capaz de me oferecer visão geral, porém clara e sucinta, dos problemas éticos, morais e religiosos, procedi como Scarlett O'Hara, dizendo a mim mesmo, "Amanhã, ... amanhã cuidarei disso".

Em julho de 1992, por indicação de pessoa que muito prezo, li o livro *Nervos, preocupações e depressão*, escrito por um advogado inglês, John D. Nugent. Trata-se de uma pequena obra, formato bolso, publicada na Inglaterra, naquele ano. A Editora Quadrante, especializada em "leituras cristãs" (como parece adequado dizer), deixou-o acessível, ainda em 92, aos seus habituais consumidores, entregando a tarefa da tradução a Henrique Elfes.

A publicadora adverte, na segunda capa, que o livro de Nugent não é, como quase todos os livros da coleção, "uma obra de espiritualidade" - razão pela qual eu talvez me haja facilmente inclinado a examiná-la. Foi bom, pois aí encontrei curtas respostas para numerosas perturbadoras questões que me aborreciam e que não haviam encontrado formulação nem solução adequadas.

Suponho que estudiosos de religião e de ética possam julgar o livro de Nugent superficial e ingênuo - talvez até meio infantil. No meu entender, porém, o autor foi muito feliz ao comentar o que nos faz crescer "para cima" (Deus), "para dentro" (nós mesmos) e "para fora" (os demais seres humanos).

"Para mim" (prosseguindo a frase anterior), as palavras, de Nugent foram reveladoras e encantadoras. Apreciei-as de tal modo que deliberei remeter exemplares do livro a vários "colegas de humanidade" (expressão do autor). Em meus bilhetes a esses colegas, registrei o seguinte: *Se as idéias forem familiares ou parecerem tolas, perdoe minha iniciativa e passe adiante o exemplar, limitando-se (caso a paciência o permita) a examinar três ou quatro dos trechos assinalados. Isso permitirá perceber porque lhe encaminhei a obra e - honestamente espero - lhe dará condições de perdoar uma palavra agressiva que eu porventura haja dito em alguma ocasião, durante os tempos de convívio (face a face ou epistolar) que mantivemos.*

*

A fim de não alongar demais este comentário, limito-me, em seguida, a reproduzir algumas interessantes observações de Nugent.

A verdadeira alegria consiste em estar alegre sem qualquer razão (p. 9).

Somos humanos. Temos que viver a vida (p. 13) Somos limitados. É normal cometer erros e "fazer tudo mal feito" de tempos em tempos. Não podemos fazer tudo sozinhos (p. 14). A vida não é justa. A virtude geralmente não encontra recompensa... (p. 15).

Não nos perguntemos se somos neuróticos, psicóticos ou mentalmente perturbados; perguntemo-nos apenas se nos sentimos à vontade. (...) temos de conviver com os outros, conosco próprios e com Deus (p. 25-6). Em ampla medida, a razão de nunca termos sido capazes de mudar é que insistíamos em fazê-lo "ao nosso modo". Jamais encaramos a inflexível verdade de que "o nosso modo" simplesmente não funciona (p. 30).

Neste (...) modo de vida, há apenas um erro fatal que é desistir (p. 41). É preciso tomar cuidado com os mercadores religiosos do tipo "o Senhor proverá" que, por sinal, são primos dos psiquiatras que prometem curar milagrosas (p. 43). Não temos obrigação de explicar ou de justificar nosso modo de vida diante de qualquer pessoa (p. 48).

Temos obrigação de viver as nossas próprias vidas e de encontrar por nós mesmos as verdades e os valores que merecem ser vividos. Não temos o direito de nos evadir, engolindo por atacado as regras de jogo estabelecidas pelos outros (p. 87).

A moeda da tolerância tem ainda outra face muito importante. Nossa paz interior tem de ter valor para nós, porque é difícil de alcançar e, às vezes, difícil de conservar. Por isso, convém manter distância das pessoas, dos lugares e das situações que nos causam inquietações. (p. 93).

Nosso Criador só projetou nossas mentes para que fossem capazes de lidar com um dia da vida por vez; o amanhã cuidará de si próprio, afirma Cristo (p. 102).

*

Nugent lembra que ninguém diz a Sinatra como deve cantar; mas o mundo inteiro parece ajoelhar-se para dizer a Deus o que Ele deve fazer... (p. 45). Em verdade, nada precisamos pedir ao Pai, uma vez que *Ele sabe* o que será melhor para nós. Assim, o necessário e, possivelmente, o suficiente - em termos de vida prática, sumariando a religião de que efetivamente precisamos - é simplesmente repetir duas orações. Uma delas, bem conhecida, é o *Pai nosso*. A outra é a *oração da serenidade*: "Senhor, dai-me serenidade para aceitar o que não puder mudar, coragem para mudar o que puder mudar e sabedoria para conhecer a diferença".

*

Encerrando, aqui vai um trecho especialmente notável (livremente adaptado). Um cidadão adquire propriedade com jardim cheio de mato e lixo. Trabalha com afinco, retirando as ervas, semeando gramado, criando belos canteiros de flores coloridas. Uma piedosa senhora, admirando o jardim, exclama: "Que coisas belas Deus faz!" O dono da casa, sorrindo, retruca "a senhora devia ter visto como era o jardim quando Ele cuidava disto sozinho...".

Leonidas Hegenberg

GILES, Thomas Ramson. **A Filosofia: origem e panorama histórico.** Curso de Iniciação à Filosofia. São Paulo: EPU, 1995, 114 p.

Filósofo norte-americano, THOMAS RANSOM GILES doutorou-se em História da Filosofia pela Universidade de Louvain, na Bélgica, em 1964. Em 1965 radicou-se no Brasil, onde desenvolveu um grande trabalho universitário voltado para o ensino da filosofia, além de escrever várias obras, dentre as quais podemos destacar "A FILOSOFIA: ORIGEM, SIGNIFICADO E PANORAMA HISTÓRICO" como um incentivo à atividade de pensar.

Escrita em linguagem clara e simples, compreendida de três capítulos e 114 páginas, **A FILOSOFIA: ORIGEM, SIGNIFICADO E PANORAMA HISTÓRICO** é a primeira parte de um compêndio intitulado "CURSO DE INICIAÇÃO À FILOSOFIA", que tem por objetivo estimular e iniciar o indivíduo na importante atividade de filosofar, através de uma retomada de toda a história da filosofia, buscando na Grécia Antiga sua origem e significado.

No primeiro capítulo, intitulado "POR QUE A FILOSOFIA?", o autor apresenta as primeiras noções de filosofia, tais como, as indagações que sempre levaram e levam o homem a filosofar e sua disposição natural para a filosofia; o mito, a mistificação e a ideologia como obstáculos para tal atividade por ocultar e dissimular a realidade; os problemas de seu interesse; noções de essência e existência na visão de diversos filósofos e em variadas épocas da história; além de apresentar relações entre temas importantes como, mudança e estabilidade, intelecto e matéria, filosofia e ciências.

O segundo capítulo é dedicado à questão do método, sob o título, "FILOSOFIA E MÉTODOS: POR QUE O MÉTODO?", onde o autor explica o porquê do método e destaca os principais métodos da história da filosofia, como o método da dúvida de Descartes; o

método da dialética de Platão, dos sofistas, de Hegel e de Marx; o método da fenomenologia de Husserl e o método da análise da linguagem de Russel, Wittgenstein, Carnap, Ryle e Ayer.

No terceiro capítulo, intitulado "O PANORAMA HISTÓRICO DA FILOSOFIA: SEU SIGNIFICADO E SUA IMPORTÂNCIA", o autor faz um levantamento da história da filosofia, elencando suas épocas, a problemática de cada época e seus principais expoentes. Assim, ele começa com a antiguidade, na Grécia, com a busca da origem do universo (arquê) pelos pré-socráticos, elencando cada corrente e seus principais expoentes, desde a Escola de Mileto, com o monismo, até Leucipo e Demócrito com o atomismo, passando pelos pluralistas, pelos quantificistas e por aqueles que defendiam o movimento e a permanência. Em seguida, faz a ponte da filosofia cosmológica para a filosofia antropológica, ou seja, a passagem do pensamento do cosmo para o homem, com os sofistas e seus sucessores; passa pelo universalismo e retoma o humanismo com o empirismo, o estoicismo e o ceticismo. Na época medieval, o autor exalta os conflitos entre filosofia e teologia (razão e fé), com Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino e Guilherme de Ockham. Na época moderna, ele trata da questão do conhecimento destacando os racionalistas, René Descartes e Baruch Espinosa, e os empiristas, John Locke, George Berkeley, David Hume, Immanuel Kant, que vem fazer a reconciliação da razão com a experiência sensível, e, finalmente, Friedrich Hegel, com a fenomenologia, vem marcar o fim da época moderna e o começo da época contemporânea. Esta última é marcada pelo existencialismo, destacando Sören Kierkegaard, Friedrich Nietzsche e Jean Paul Sartre; e pela análise linguística com Bertrand Russell, que faz a conciliação da lógica com a matemática, e Ludwig Wittgenstein, que trata da linguagem simbólica e da linguagem comum.

Além desses três capítulos, a obra traz ainda uma gama de questões para reflexão que, além de auxiliar o leitor no entendimento do texto, contribuirá muito para que este possa desenvolver o raciocínio lógico e o pensamento crítico, estimulando-o para a atividade de filosofar.

Concluindo, pode-se afirmar que, ao escrever a obra, Giles não se preocupou apenas com o público acadêmico de filosofia, mas com todo aquele que questiona, que indaga, que se interessa pelos problemas da realidade. Nesse sentido, o autor estimula o homem a filosofar para entender melhor a sua própria realidade e a si mesmo.

GERALDO EVANGELISTA PEREIRA
CURSO DE FILOSOFIA - PUCCAMP

LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do Outro Homem**. Trad. Pergentino Pivatto. Petrópolis: Vozes, 1993.

A obra foi editada originalmente em francês, em 1972, sob o título "Humanisme de l'autre homme". Seu autor, Emmanuel Lévinas, é um filósofo que conhece profundamente a fenomenologia e que tem presença decisiva na filosofia contemporânea. Lévinas nasceu em 1906, na Lituânia, onde completou os estudos secundários. Emigrou para a França, realizando aí seus estudos filosóficos. Aprofundou-se no estudo da Fenomenologia com Husserl e Heidegger. Ocupou a cátedra de filosofia nas Universidades de Poitiers, Paris-Nanterre e Sorbonne.

A presente tradução foi editada pela Vozes em 1993. Nela, Lévinas aponta a necessidade de uma nova compreensão da linguagem humanista. Suas reflexões sobre o outro e as relações entre o eu e o outro apontam para uma nova moral.

Buscando respostas à significação e ao sentido desta "manifestação do outro homem", Lévinas recorre às idéias de Husserl, Platão, Anatole France, Baudelaire, Snell, Heidegger e outros filósofos para apontar a linguagem como elemento fundamental para a compreensão do ser no seu conjunto. Para ele, é do conjunto do ser que deve-se partir para clarear o dado, para tomar uma significação dentro do mundo cultural; nós somos sujeito e parte do mundo, ao mesmo tempo. Dentro deste contexto, o simbolismo é visto como parte essencial na comunicação, na linguagem.

A totalidade do ser, enquanto significação, é vista por Lévinas como algo dinâmico que depende do ato cultural do homem; algo que se exprime de forma diversa em cada ser e em cada cultura. Essa expressão é indispensável ao pensamento. É nisso que a filosofia contemporânea se caracteriza como anti-platônica, na

concepção de que "o inteligível não é concebível fora do devir que sugere". Para o pensamento contemporâneo, é preciso atravessar a história, ou reviver a duração, ou partir da percepção concreta - e da linguagem nela instalada, para chegar ao inteligível.

A conceituação de significação (enquanto somente correlativa do pensamento) e pensamento (enquanto somente correlativo de uma linguagem) de Platão é negada pela filosofia contemporânea, em especial, pela Fenomenologia. É ela que faz sobressair a função transcendental de toda a espessura concreta de nossa existência corporal, técnica, social e política do mundo. A significação não se separa do acesso que a ela conduz; o acesso faz parte da própria significação.

Lévinas questiona a significação fixa que o mundo adquire em função das necessidades do homem; vê nesta visão uma oposição à multiplicidade de significações que afluem à realidade a partir da cultura e das culturas. Questiona o fato de as necessidades elevarem as coisas ao nível de valores. Para ele, nenhuma necessidade humana existe, na realidade, no estado unívoco da necessidade animal; a seu ver, as necessidades que, pretensamente, orientam o ser, recebem seu sentido a partir de uma intenção que não procede mais destas necessidades.

O filósofo vê também no ideal de unidade a força da verdade e a esperança de um entendimento humano, algo cujo significado não tem ligação com o materialismo. Aponta a abertura do mundo para o eu e, ao mesmo tempo, a identificação e a relação do eu com o mundo. Neste contato, o outro questiona, esvazia-me de mim mesmo, dando a oportunidade de possibilidades sempre novas para o eu.

A relação social provocada pelo outro é de importância fundamental na ação do ser encarnado que se exprime. Assim, a expressão - antes de ser celebração do ser - é uma relação com aquele para quem o eu exprime a expressão e cuja presença é requerida para tal expressão. Isto se traduz no constante reencontro entre o eu e o outro. O outro está presente numa conjuntura cultural e dela recebe sua luz, como um texto do seu contexto. O absoluto da

presença do outro não é uma simples presença mas, sim, aquilo que é absorvido na minha vida como já absoluto.

Abordando a relação entre Humanismo e Anarquia, Lévinas aponta para a crise do humanismo em nossa época, provocada pela inconsistência do homem (joguete de suas obras). Com isso, percebe-se a desintegração da consciência de si, própria do ser. Este parece ser o ponto mais compreensível da obra e, por isso, mais interessante.

O autor coloca a importância de se mostrar a função puramente operatória e provisória do homem no desenrolar e na manifestação de um conjunto de termos que fazem um sistema, no qual o mesmo está incluído. Nele, o papel do homem - enquanto sujeito e objeto - pode parecer aparente; esta subjetividade é vista com uma certa desconfiança por Lévinas.

A essência do homem, neste aspecto, dependeria do surgimento do ente na matriz do algo, ou do modelo do uno no seio do ser. Isto pode levar, perigosamente, ao retorno à Filosofia da Substância (algo combatido pelos filósofos contemporâneos). A questão colocada a partir disso é descobrir como o uno e o único vão erguer-se na essência. Percebe-se, dessa forma, a precariedade do conceito de homem. O próprio conceito de liberdade fica, com isso, colocado como subjetivo. O sujeito não decide sobre o ser por uma liberdade que o tornaria senhor das coisas, mas por uma susceptibilidade pré-originária, mais antiga que a origem, provocada no próprio sujeito. Dessa forma, o sujeito é visto como responsável por sua responsabilidade; é responsabilidade antes de ser intencionalidade.

Há, por parte do autor, também uma preocupação na relação com o outro, no sentido de uma relação passiva com ele. Busca na ética, através do discurso filosófico, as respostas para tal questão. Conclui que o sujeito mantém-se na liberdade, além da pura passividade; o eu é responsável pela relação existente com o outro. É aí que o filósofo vê a presença da bondade e o combate ao egoísmo.

A responsabilidade faz estar constantemente presente a figura do outro.

Lévinas também demonstra certa desconfiança com o excessivo rigor nas ciências humanas e, ao mesmo tempo, com a nostalgia com relação ao formalismo lógico das estruturas matemáticas. Aponta a presença de uma angústia profunda, resultante de violências totalitárias que se fizeram passar por revoluções, não possibilitando, com isso, o reencontro com o eu.

Em Heidegger, o autor vê uma convergência no pensamento contemporâneo, entre o questionamento da subjetividade pelas ciências humanas e o pensamento filosófico. Se bem que, o autor afirma que a redução fenomenológica não pode ser obtida por efeito de uma escritura.

Na obra, Lévinas prega a aproximação com o outro, o assumir do próximo, enfim, que é preciso mostrar a humanidade do homem. Para ele, é urgente a necessidade de se compreender melhor o humanismo. Defende a instalação de uma moral que esteja à altura do homem.

Eribaldo Pereira Santos
Instituto de Filosofia - PUCCAMP